

---

## INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: diversidade de raça e gênero

CLAUDILENA DA SILVA DO PATROCÍNIO<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0001-7930-946X>  
[claudilenaalex@gmail.com](mailto:claudilenaalex@gmail.com)

ANDERSON FERRARI<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5681-0753>  
[anderson.ferrari@ufjf.br](mailto:anderson.ferrari@ufjf.br)

### RESUMO

O artigo se dedica a analisar um projeto voltado à promoção da igualdade de gênero e raça realizado na Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo, instituição de ensino fundamental dos anos iniciais na rede pública de Juiz de Fora. Este projeto, fundamentado nas Leis nº 10.639/2003, nº 11.635/08 e na Resolução nº 01 CNE/CP 2004, bem como nas teorias pós-estruturalistas e pós-críticas, envolveu intervenções pedagógicas relacionadas às questões de gênero e raça no ambiente escolar, englobando toda a comunidade em formatos personalizados para cada grupo. Para os profissionais envolvidos, o trabalho se desenvolveu por meio de cursos de formação continuada que abordaram temas de diversidade, gênero, sexualidade e educação para as relações étnico-raciais. Essa formação incluiu uma definição conceitual, leituras, análise de vídeos, dinâmicas interativas e reflexão coletiva e individual sobre as bases teóricas e as relações que permeiam a sociedade e o ambiente escolar. A ação intervencionista teve como foco o reconhecimento e a promoção de identidades não hegemônicas, visando à sua implementação com as crianças e com a comunidade escolar. No contexto das crianças, o projeto envolveu a identificação das desigualdades de gênero e raça, utilizando recursos tangíveis, como revistas, livros didáticos, mapas e as produções escolares em geral, bem como materiais específicos voltados para abordar esses temas. O objetivo da sistematização e fundamentação foi oferecer suporte e condições para que o projeto se integre permanentemente ao Projeto Político-Pedagógico da escola e possa ser expandido para todas as escolas da cidade.

**Palavras-chave:** formação continuada; diversidade; raça e gênero; intervenção pedagógica; escola.

### RESUMEN

El artículo está dedicado a analizar un proyecto destinado a promover la igualdad racial y de género llevado a cabo en la Escola Municipal Profesor Augusto Gotardelo, institución de educación básica en los primeros años del sistema escolar público en Juiz de Fora. Este proyecto, basado en las Leyes nº 10.639/2003, nº 11.635/08 y la Resolución nº 01 CNE/CP 2004, así como en teorías posestructuralistas y poscríticas, implicó intervenciones pedagógicas relacionadas con cuestiones de género y raza en el ámbito escolar. Abarcando a toda la comunidad en formatos personalizados para cada grupo. Para los profesionales involucrados, el trabajo se desarrolló a través de cursos de formación continua que abordaron temas de diversidad, género, sexualidad y educación para las relaciones étnico-raciales. Esta formación incluyó una definición conceptual, lecturas, análisis de videos, dinámicas

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metodista Granbery (2015) e Licenciatura em História em andamento pela UNIRO. Atualmente é professora dos anos iniciais da prefeitura municipal de Juiz de fora e participa de projetos extraclasse com as turmas do Ensino Fundamental II.

<sup>2</sup> Professor associado da Faculdade de Educação UFJF, professor permanente do PPGE/UFJF. Coordenador do Grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidades, Educação e Diversidade GESED/UFJF. Pós-doutor em cultura visual e educação pela universidade de Barcelona/Espanha e doutor em Educação pela Unicamp.

interactivas y reflexión colectiva e individual sobre las bases teóricas y las relaciones que permean la sociedad y el entorno escolar. La acción intervencionista se centró en el reconocimiento y promoción de identidades no hegemónicas, apuntando a su implementación con los niños y la comunidad escolar. En el contexto de la infancia, el proyecto implicó identificar desigualdades de género y raciales, utilizando recursos tangibles, como revistas, libros de texto, mapas y producciones escolares en general, así como materiales específicos destinados a abordar estas temáticas. El objetivo de la sistematización y justificación fue ofrecer apoyo y condiciones para que el proyecto pueda integrarse permanentemente al Proyecto Político-Pedagógico de la escuela y pueda ampliarse a todas las escuelas de la ciudad.

**Palabras clave:** educación continua; diversidad; raza y género; intervención pedagógica; escuela.

## 1. INTRODUÇÃO

*Todo jardim começa com um sonho de amor.  
Antes que qualquer árvore seja plantada ou qualquer lago seja construído,  
é preciso que as árvores e os lagos tenham nascido dentro da alma.  
Quem não tem jardins por dentro,  
não planta jardins por fora  
e nem passeia por eles...  
Rubem Alves*

Rubem Alves, em seu poema, inicia dizendo que “Todo jardim começa com um sonho de amor”, enfatizando a conexão intrínseca entre nossas visões internas e as mudanças que buscamos no mundo exterior. Essa metáfora pode ser aplicada de maneira poderosa à nossa discussão sobre raça, gênero e sexualidade. Assim como um jardim requer um sonho interior antes de florescer, nossa busca por justiça social, equidade de gênero e diversidade sexual começa com uma reflexão profunda sobre nossos próprios conceitos, privilégios e preconceitos.

Segundo Nilma Lino Gomes (2005, p. 45), é “preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala”, e mais do que isso, é necessário reconhecer a mudança desse conceito a partir a ação do movimento negro, que propõe uma nova interpretação a partir da dimensão social e política do termo raça. Gênero e sexualidade, como construção e não como essência, também diz dessa necessidade de considerar os aspectos sociais e políticos das relações de gênero e sexualidade, uma vez que elas são organizadores sociais, como nos ensinou Joan Scott (1995). Com isso queremos nos filiar a esse conjunto de autores e autoras que destacam que a educação, no que diz respeito a raça, gênero e sexualidade são relações imersas na alteridade.

Este artigo explora como as raízes de nossa compreensão dessas questões complexas devem ser plantadas em nossas próprias almas, antes de podermos efetuar mudanças significativas na sociedade. Ao reconhecer a importância dessa conexão, entre o interno e o externo, podemos avançar na direção de um mundo mais justo e igualitário.

O objetivo deste trabalho é propor um embasamento teórico e legal, de forma sólida e relevante, para a atuação da escola e dos professores na promoção da igualdade de gênero e raça no âmbito do ensino fundamental dos anos iniciais. Essa promoção se dará por meio de intervenções pedagógicas realizadas no contexto escolar, com foco nas relações de gênero e raça. Além disso, destaca-se a importância das ações interventivas voltadas ao reconhecimento e estímulo das identidades não homogêneas, as quais devem ser cultivadas tanto nas crianças como em toda a comunidade escolar.

Essas ações envolvem a identificação e análise das desigualdades de gênero e raça, fazendo uso das relações sociais que se desenvolvem, se constituem e se manifestam nas representações sociais concretas presentes nos diversos ambientes da sociedade. Por meio desse processo, buscar-se-á não apenas combater as desigualdades enraizadas no sistema educacional, mas também promover a conscientização, a empatia e o respeito às diferenças. O objetivo último é criar um ambiente educacional inclusivo, onde todas as identidades e perspectivas sejam valorizadas e respeitadas.

### **1.1. Memorial**

Minha jornada ao interesse na pesquisa sobre raça e gênero teve origem em experiências profundamente pessoais e marcantes que moldaram minha perspectiva e me impulsionaram a explorar esse campo complexo e relevante. Como uma mulher negra e professora da rede pública, minha infância e adolescência foram marcadas por encontros dolorosos com o racismo, que inicialmente aceitei como uma realidade incontestável. Desde cedo, percebi que meu corpo, negro e feminino, diferiam do padrão eurocêntrico estabelecido pela sociedade, e, por isso, minha identidade era frequentemente desvalorizada em comparação com outros corpos brancos. Em busca de aceitação, tentei moldar minha aparência, alisando meus cabelos e usando

maquiagem que clareava meu tom de pele, na esperança de me enquadrar ao que era considerado 'normal' e ser aceita como os outros.

Anos se passaram, completei minha formação em Pedagogia e me tornei professora, inicialmente, em uma rede privada metodista. Em 2017, ingressei na rede pública por meio da contratação temporária do Município. No entanto, em 2017, quando dei meus primeiros passos nas salas de aula, agora como professora, percebi com tristeza que a realidade para as crianças e jovens negros ainda era assombrada pela mesma forma tradicional de ensino, que reproduzia repetidamente o mesmo mecanismo racista e machista que eu havia experimentado.

Na minha jornada como professora, senti uma responsabilidade intrínseca em abordar questões raciais nas minhas aulas. Muitas vezes, isso ocorria de forma autônoma e improvisada, impulsionada pela esperança ainda que inconsciente de aliviar a angústia que as crianças carregavam. Rapidamente, percebi que havia uma lacuna na educação, com uma falta de currículos, projetos, bem como o envolvimento das escolas de forma interventiva e nos materiais pedagógicos que destacassem o papel dos negros na história de uma maneira mais abrangente e respeitosa. No entanto, frequentemente, esbarrei na resistência das direções escolares, que argumentavam que 'sempre foi assim' e que eu não poderia fazer nada para mudar essa realidade. Infelizmente, essa era uma narrativa que encontrava na maioria das escolas pelas quais passei.

De acordo com as observações de Gomes (2005), o racismo se origina de forma imediata da concepção de raça, que, por sua vez, é uma criação histórica e cultural. Essa construção cultural é responsável por estabelecer hierarquias entre brancos e negros, resultando na negação de direitos e oportunidades igualitárias para as pessoas negras. Nas palavras do autor:

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto, não

deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. E isso, sim, é muito complicado! (Gomes, 2005, p. 49)

Em 2022, quando assumi um novo contrato na Escola Municipal Augusto Gotardelo, observei um ambiente mais comprometido com as intervenções pedagógicas para a infância e adolescência em relação à diversidade de raça e de gênero, assumindo, assim, uma visão holística das relações humanas. Desse modo, a presença, nesta escola, da abordagem sobre as questões raciais, as formações de população, cultura e religião e movimentos sociais são elementos temáticos para o processo ensino e aprendizagem; além disso, propiciam um espaço acolhedor e inclusivo. Pela primeira vez, percebi que minhas angústias e preocupações não eram compartilhadas apenas por mim, e isso motivou, ainda mais, meu desejo de luta, traduzido, hoje, em pesquisa, ensino e aprendizagem.

## **1.2. Ambiente institucional**

A Escola Municipal Augusto Gotardelo abraçou projetos voltados para a inclusão e o conhecimento das diferenças. Escolas como essa demonstram que a mudança é possível quando há comprometimento em reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais e sociais que persistem em nosso sistema educacional. Compreender o contexto socioeconômico é fundamental para abordar desafios como a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento econômico, e para projetar políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade de vida dos educandos. Esses fatores interagem entre si e têm um impacto significativo na forma como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Alguns dos elementos-chave do contexto socioeconômico incluem: educação, saúde, economia, emprego, desigualdade, cultura e tecnologia.

Portanto, este estudo se justifica, uma vez que a Educação escolar é por excelência o modo de aprender disciplinadamente dentro do espaço pedagógico, diferente da educação de cada pessoa, em contexto familiar. A discriminação racial, a desigualdade social e o machismo são questões profundamente enraizadas em nossa sociedade. A escola desempenha um papel crucial na promoção da igualdade e na desconstrução dessas estruturas de opressão.

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira passou por um período de intensa mobilização por parte dos movimentos feministas, negros e LGBTQIA+<sup>3</sup>, que buscavam garantir direitos e acesso à cidadania para esses grupos sociais. A Constituição de 1988 emerge como um marco legal crucial na consolidação das reivindicações dessas chamadas "minorias". A partir desse momento, uma série de direitos conquistou respaldo legal, abrangendo não apenas a Constituição Federal de 1988, mas também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que foi posteriormente modificada para incluir os artigos 26-A e 79-B<sup>4</sup>. Esses direitos se estendem ainda ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, bem como à Educação para os Direitos Humanos, conforme estabelecido no Parecer nº 03 CNE/CP, de 2004.

Nesse sentido, a fim de problematizar as compreensões sobre projetos pedagógicos, raça, gênero e sexualidade, consideraremos, também, o Referencial Curricular da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, 2020), para pautar a construção das práticas pedagógicas nas escolas, do aluno como sujeito histórico. De acordo com o documento, percebemos a defesa da autonomia do professor e da equipe pedagógica na escolha dos conteúdos, de modo que se façam pertinentes às distintas realidades presentes no ambiente escolar. Essa postura crítica endossada pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJM) já se realçava desde antes da implementação da BNCC. O Referencial Curricular da PJM, em relação ao ensino de História, não coaduna com a última versão da BNCC e se mantém próprio e autoral. O Referencial representa

[...] a aproximação com as escolas; para a escuta dos profissionais; para a leitura e para os estudos de documentos oficiais. Momento ímpar para deixar à mostra a ousadia de construir um referencial próprio, autoral, mesmo considerando a condição mandatária da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (Juiz de Fora, 2020, p. 8)

---

<sup>3</sup> LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas. A sigla LGBTQIA+ faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

<sup>4</sup> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. Esses artigos foram incluídos respectivamente em 2008 pela Redação dada pela Lei 11.645, de 2008; e, em 2003, pela Lei 10.639, de 2003.

O racismo e a homofobia são formas de injustiças mais persistentes em nossa sociedade. A educação desempenha um papel fundamental na quebra do ciclo de pobreza e desigualdade. Dessa forma, o fazer pedagógico das instituições educacionais deve buscar reduzir as desigualdades sociais por meio de implementações de práticas inclusivas, com acesso equitativo a recursos educacionais, da promoção de diversidade e do respeito às diferenças, da sensibilidade para as questões de gênero e raça, e do desenvolvimento de habilidades socioemocionais que capacitam os alunos a enfrentar os desafios sociais e a contribuir para uma sociedade justa e igualitária. Segundo Gomes (2005):

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (Gomes, 2005, p. 45)

A educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades em uma sociedade democrática, sendo um pilar essencial para a promoção da igualdade, justiça social e a construção de uma cidadania ativa e informada.

## **2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS**

Durante minha experiência na Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo, pude observar que a instituição está firmemente comprometida em preparar seus alunos para serem cidadãos ativos e responsáveis. A proposta pedagógica de 2023 tinha como objetivo central destacar a importância dos movimentos sociais na construção de uma sociedade justa e igualitária. Além disso, buscava proporcionar aos estudantes a oportunidade de refletirem sobre seu papel histórico como sujeitos ativos, reconhecendo a relevância de se organizarem em coletivos e advogarem por mudanças conjunturais e estruturais. Essa proposta reflexiva abrangeu uma variedade de pautas, incluindo o feminismo, a luta antirracista, o apoio à reforma agrária e o estímulo ao desenvolvimento e à produção agrícola sustentável.

É fundamental destacar que a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática no futuro implica no combate ao racismo, à desigualdade social e ao

machismo. A escola reconhece que esses são desafios prementes e se empenha em abordá-los de maneira proativa em seu currículo e em suas atividades pedagógicas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

O projeto teve como objetivo central abordar questões antirracistas, resgatando as diversas culturas que compõem a nacionalidade com um foco específico no desenvolvimento de um letramento racial.

A influência positiva do projeto não apenas no conhecimento, no bem-estar emocional dos alunos e no envolvimento e conscientização dos pais fez-me lembrar a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) que fala sobre os perigos da história única e sobre a importância de se pensar em estratégias para garantir histórias outras:

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Há uma palavra da língua igbo de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e o político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente. (Adichie, 2009, s.p.)

A instituição escolar representa um dos primeiros e mais influentes ambientes de sociabilidade, sendo a escola o conjunto de conhecimentos que as crianças experimentam, logo após o ambiente familiar. Durante aproximadamente seis horas diárias, as escolas têm uma oportunidade valiosa de desempenhar um papel significativo na desconstrução de preconceitos e discriminações.

No entanto, é importante reconhecer que as discriminações de gênero, étnico-raciais e relacionadas à orientação sexual, bem como a violência homofóbica, infelizmente permeiam todos os aspectos da sociedade brasileira, inclusive o ambiente escolar. É aqui que se torna claro que simplesmente estabelecer leis contra preconceitos e discriminações não é suficiente para criar mudanças substanciais na

realidade. Para que ocorra uma transformação efetiva, é necessária uma mudança nas mentalidades e práticas existentes.

### **3. METODOLOGIA**

Lidar com as perspectivas escolhidas envolve o manuseio de um conjunto de ideias e teorias contemporâneas no contexto da educação, especialmente no âmbito da educação nas escolas (Silva, 2000). Conceitos e teorias fundamentados na corrente pós-crítica, cujo fortalecimento ocorreu a partir da segunda metade do século XX, desencadearam debates cruciais abordando tópicos como identidade, alteridade, diversidade, subjetividade, discurso, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outros. O pós-estruturalismo é um movimento intelectual que surgiu nas décadas de 1960 e 1970 como uma crítica e uma extensão do estruturalismo, uma abordagem teórica que se concentra na análise das estruturas subjacentes que governam o funcionamento da linguagem, do conhecimento, da sociedade e de outros campos.

O pós-estruturalismo rejeita a ideia de que existem estruturas fixas e estáveis que governam o mundo e propõe que a linguagem e culturas são instáveis (Louro, 2007). Argumentando que as estruturas são fluidas, instáveis e permeadas por contradições. O pós-estruturalismo é um movimento teórico e filosófico que se desenvolveu como uma crítica e reação ao estruturalismo, que era uma abordagem dominante nas ciências humanas na época. Uma das principais figuras associadas ao pós-estruturalismo é o filósofo francês Michel Foucault. Ele argumentou que as estruturas de poder estão presentes em todas as instituições e práticas sociais, moldando nossas experiências e produzindo conhecimento. Foucault enfatiza a importância de analisar os efeitos do poder nas relações mostrando como ele opera através de mecanismos disciplinares e dispositivos de vigilância. Em suma, esse movimento enfatiza a importância de analisar a relação entre diferença e identidade.

Os teóricos dessa linha argumentam que as identidades são construídas através de sistemas de diferenças, nos quais as categorias de identidade são contestadas e desestabilizadas. Sendo explorado como as relações de poder influenciam a construção e a percepção das identidades incluindo questões de raça, gênero, sexualidade, classe e outras formas de diferenciação social. O pós-estruturalismo também se preocupa em desconstruir hierarquias binárias como

masculino/ feminino, cultura, natureza, entre outros. Essas oposições são vistas como socialmente construídas e mantidas através de relações de poder. A desconstrução busca desestabilizar essas oposições, mostrando como elas estão interconectadas e como seus significados dependem do contexto histórico. Nesse contexto de interação, os indivíduos são percebidos como produtos de construções discursivas, adquirindo identidades diversas e multifacetadas, frequentemente incompletas e, por vezes, até contraditórias. Tais identidades podem ser ativadas, suprimidas, experienciadas e transformadas, destacando sua natureza fluida e inacabada (Hall, 1999).

A fim de aprimorar conhecimentos, integrei-me, em 2022, ao grupo GEPACEH/UFJF, liderado pelo professor, Dr. Marcus Bonfim. Durante uma reunião do grupo, ouvi uma observação perspicaz do professor Dr. Anderson Ferrari, professor permanente do PPGE/UFJF, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Diversidade (GESED/UFJF), assim como pesquisador e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH/UFJF): “A escola tem tudo para dar errado, já que ela congrega no seu interior uma infinidade de sujeitos com histórias familiares, de vida e experiências muito distintas e temos que lidar com essa diversidade, que, para dar certo, tem que ser entendida como nossa riqueza e não como nosso problema”. Essa afirmação ressalta a conexão inseparável entre a escola e a sociedade, onde uma gama de experiências e situações pode ocorrer.

As demonstrações de agressividade frequentemente observadas nos meninos, bem como suas escolhas de brincadeiras voltadas para competições, e o caráter geralmente pacífico das meninas, com suas preferências distintas, são construções sociais. Esses comportamentos não têm qualquer relação com determinações naturais. É crucial que a escola questione a concepção de papéis de gênero como inatos e revele seu caráter histórico e cultural. Dessa forma, a escola desempenha um papel importante no estímulo ao espaço para democratização das relações de gênero (Moreno, 1999).

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As ações voltadas para a discussão desses temas, que incentivam a reflexão tanto individual quanto coletiva, desempenham um papel fundamental na superação e erradicação de qualquer forma de tratamento preconceituoso. Ninguém nasce

professor, nem possui um dom prévio. Ser professor é o resultado de uma formação, a escola não opera apenas na lógica racional, pois existem as relações de poderes e as relações emocionais, a educação é a chave para esse processo.

Segundo Gomes (2005), a noção de diversidade pode ser contextualizada em dois princípios fundamentais. O primeiro envolve a comparação com o padrão hegemônico que prevalece nas relações sociais, o qual é permeado pelas dinâmicas de poder. Em conjunto, a diversidade cultural não se restringe apenas a comportamentos e identidades individuais, mas sim se relaciona diretamente com as interações entre grupos humanos. Essas interações ocorrem em contextos de relações de poder, em que a diferença é frequentemente construída como um meio de dominação (Gomes, 2005).

As iniciativas educacionais que visam à capacitação de profissionais e implementações de práticas pedagógicas voltadas para jovens e adolescentes, bem como para toda a comunidade escolar, são cruciais para expandir a compreensão e fortalecer o compromisso com a luta contra a discriminação e o preconceito. A linguagem não só nomeia e sim tem o poder de criar as coisas. Tais intervenções podem reconhecer e celebrar as diferenças, quebrando a visão essencialista e estática das culturas e identidades culturais, adotando uma perspectiva intercultural.

Para Heilborn *et al.* (2010),

[...] identidade, no contexto de nossa discussão, é entendida como o conjunto de características que nos formam como indivíduos singulares e que informam aos/às outros/as códigos sobre como agir e se relacionar em relação a nós. Nossa singularidade está nas múltiplas identidades que assumimos: de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual, de classe etc. A combinação de várias categorias (se homem ou mulher, hetero, bi ou homossexual etc) faz de cada um/a de nós pessoas únicas, cuja unidade se converte no nome. Do mesmo modo que numa perspectiva individual, a identidade pode ser pensada em termos coletivos, informando características/traços da nacionalidade de cada país. O que estava em discussão no debate do final do século XIX no Brasil – e as teorias racistas condenavam – era a possibilidade de pensar um “povo brasileiro” que fosse viável no que diz respeito a suas origens raciais. Nosso país, naquele momento, era uma nação que pensava a constituição e a viabilidade de um povo que pudesse representá-la enquanto tal. (Heilborn *et al.*, 2010, p. 73)

Nesse contexto desafiador, a escola optou por iniciar um amplo programa de formação continuada, visando aprimorar os conhecimentos dos professores em colaboração com profissionais especializados no campo da educação. Essa iniciativa

teve como foco a discussão e análise de questões relacionadas à comunidade LGBTQI em sala de aula. O primeiro passo desse processo consistiu na realização de sessões de formação continuada ministradas pelo professor especializado em gênero, sexualidade, raça e ensino de História, Dr. Anderson Ferrari, na qual foram exploradas três questões norteadoras fundamentais: **O que é gênero? Por que trabalhar gênero nas escolas? Como trabalhar com as questões de gênero?**

Essas questões forneceram o alicerce essencial para a formação continuada dos educadores, capacitando-os a desenvolver uma compreensão mais aprofundada das questões de gênero e de sua relevância na educação. A capacitação visava habilitar os professores a abordarem essas questões com conhecimento e confiança. Os diálogos não apenas trouxeram esclarecimentos, mas também serviram como um exemplo valioso de como a educação pode ser uma força transformadora, capacitando estudantes e educadores a enfrentarem desafios complexos. A jornada rumo à construção de uma escola mais inclusiva e consciente das questões de gênero estavam apenas começando, mas essas questões norteadoras marcaram o caminho a seguir.

Não se pode definir a mulher como uma categoria homogênea, mas sim 'a mulher'. A diferença não está no biológico, mas na construção social (Beauvoir, 2016). O gênero é um organizador social, construído nas relações, é a primeira identidade que nos constitui; o gênero é o valor que organiza o pertencimento na sociedade. Tudo isso faz parte do jogo de linguagem; tudo é organizado pela linguagem, e ela é violenta. A construção da identidade humana é um processo complexo que começa antes mesmo do nascimento, quando por via do senso comum tentam enquadrar a criança ao questionamento sobre o sexo: “é um menino ou uma menina?” Isso sinaliza a importância da noção de gênero na sociedade. Similarmente, a questão racial também se apresenta de imediato, uma vez que, ao observarmos a mãe, pode-se categorizá-la como negra ou branca, o que frequentemente influenciará a percepção da raça da criança que está prestes a nascer. Segundo Paz (2008),

[...] ao reconhecer e compreender as relações de gênero como parte constitutiva da sociedade significa que nas diferentes instituições, a construção do sujeito não é um processo linear, ao contrário, é dinâmico e contínuo, por isso precisa ser problematizado, reinterpretado e discutido dentro delas. As instituições na sociedade contemporânea, além da família, da escola e da igreja, como, mídia em geral, grupo de amigos/as, justiça, partidos políticos possuem

caráter educativo. Nessas instituições, o sujeito recebe informações de como deve se comportar e de qual o seu lugar social. Por isso, o conceito gênero abarca as instituições sociais generificadas, porque com seus símbolos, normas, leis consideradas padrão, elas expressam, produzem, mantêm e ressignificam o feminino e o masculino na sociedade. Essas elaborações levam à compreensão de que as características arroladas como naturalmente femininas ou masculinas foram repetidas, reinventadas, recontadas durante anos, sendo construídas e reconstruídas socialmente e sustentadas por relações de poder. (Paz, 2008, p. 22)

As identidades não são inatas, mas sim socialmente construídas, moldadas pelas estruturas e normas culturais vigentes. O cultural age na nossa forma de pensar e agir. O corpo é aquilo que a gente coloca e define, classificando como se vai construindo a imagem do gênero. A identidade racial é a primeira identidade; o gênero é a segunda identidade. As identidades vão sendo acionadas no meio social.

O que foge ao enquadramento do padrão eurocêntrico faz com que as pessoas se sintam no direito de invadir o corpo de outra pessoa e querer enquadrá-lo.

De acordo com Foucault (1979), somos resultados de discursos; somos resultado do outro que é constituído na sociedade, ou seja, os discursos não são meramente formas de comunicação, mas sistemas de poder que produzem e regulam o que é considerado verdadeiro e normal. O corpo é o primeiro lugar da disciplina e a escola o espaço disciplinador. Deste modo, pude perceber que é impossível falar de raça sem falar de gênero; é parte da vida e está na escola. Gênero está em tudo; faz parte do pertencimento. A escola é o lugar de conhecimento e sociabilidade, mas também é disciplinadora. A convivência com as angústias dos alunos fez-me perceber que as dores e violências com os corpos que não se enquadram no padrão imposto pela sociedade em relação a gênero e raça são os mesmos que vivenciei na infância.

Nessa abordagem, não é suficiente apenas reconhecer as diversas diferenças presentes em nossa sociedade; é igualmente crucial refletir profundamente sobre as relações interpessoais e os direitos que devem ser garantidos a todos os indivíduos. Os profissionais da educação devem estar prontos para assumir a responsabilidade de enfrentar, por meio da educação, todas as formas de discriminação e promover a valorização das identidades diversas.

A superação das discriminações exige a implementação de ações práticas e interventivas que traduzam as políticas públicas específicas no contexto escolar. Essas ações devem ser conduzidas de maneira coordenada e transdisciplinar, com o

objetivo de desnaturalizar as desigualdades sociais. Além disso, é essencial estabelecer uma estreita colaboração com os movimentos sociais organizados, sempre incentivando a mobilização social em nível local. Essa abordagem representa um pilar fundamental na luta contra a desigualdade, proporcionando um alicerce sólido para nossa ação e compromisso.

Nesse contexto, algumas questões se fazem presentes. Quais vidas são passíveis de luto? Todas as vidas são precárias, pois sempre dependemos de algo ou alguém. Para falarmos de vida, abordamos a questão do enquadramento e como são permitidas a algumas vidas a possibilidade de morrer que, em relação aos corpos negros, pode-se citar a necropolítica (Mbembe, 2018).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola é uma instituição socializadora, não lhe cabendo apenas disciplinar o sujeito para ser alfabetizado. Assim, é preciso que essa instituição tenha projetos com abordagens contemporâneas com assuntos que atravessam a identidade diversa da sala de aula. A forma de pensar diz muito sobre o professor. Que identidade o professor quer do sujeito com quem trabalha, ou seja, do estudante? As identidades vão sendo acionadas no social. Foucault (1987), em *Vigiar e punir*, diz que “somos resultados dos discursos, somos resultado do outro que é construído na sociedade”, portanto, as escolas precisam de projetos e isso precisa ir além dos seus muros, partindo da Secretaria de Educação, que, por meio do Referencial Curricular de Juiz de Fora (Ensino de História e Anos Iniciais), enquanto documento legal do município, deve buscar implantar os projetos em todas as escolas da rede. As escolas têm um projeto de sujeito. No coletivo da ação, o professor constrói esse sujeito que vai para o mundo e assim torna esse projeto de nação de incluídos e pautados por lei e documentado, uma realidade.

O referencial curricular de Juiz de Fora é um documento único do Município que permite autonomia aos professores e escolas com abordagens da história local dos sujeitos, porém esse documento não aborda amplamente questões de gênero e sexualidades, principalmente nos anos iniciais. Assim, cabe ao professor, ciente de que esses temas atravessam a sala de aula, trabalhá-los, vez ser sua responsabilidade o planejamento que deve questionar: quem são os alunos? Quem eu quero que eles sejam nas suas atuações e representações sociais? Logo, a escola

não deve se permitir a ilusão da neutralidade, pois, ao fazê-lo, está, na verdade, escolhendo um lado. A neutralidade não é uma opção viável, visto que o 'neutro', frequentemente, favorece os interesses predominantes. Até mesmo a decisão de 'não' abordar certos temas ou de reservar sua discussão para datas específicas no calendário escolar é, por si só, uma escolha afirmativa.

Assim, ao optar pela neutralidade, seja por omissão ou por tratar questões de forma restrita, a escola, de maneira implícita, está tomando partido. Ser neutro em relação aos desafios enfrentados nas escolas contemporâneas, sobretudo em relação a questões de raça, gênero, sexualidade e outras formas de diversidade que não se enquadram nos padrões eurocêtricos, é, de fato, perpetuar essas exclusões. Nessa perspectiva, uma postura de "neutralidade, na verdade, acaba por contribuir para a contínua marginalização dos sujeitos e, por vezes, para a violência e até mesmo mortes de sujeitos pertencentes a grupos sociais menos privilegiados que enfrentam, diariamente, exclusão e preconceito.

Portanto, é crucial que as escolas reconheçam sua responsabilidade de não apenas educar, mas também de criar um ambiente inclusivo que celebre e valorize a diversidade. O papel do educador é fundamental nesse processo, visto que sua postura e abordagem desempenham um papel determinante na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. O 'não' à neutralidade é um 'sim' à inclusão e ao progresso social.

A manutenção contínua deste projeto na escola é fundamental, dada a sua importância. Ele não apenas visa à inclusão de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, mas também desempenha um papel fundamental na formação humana e na resolução de conflitos no ambiente escolar. Além disso, a avaliação constante e o subsequente aprimoramento do projeto são essenciais para a contínua promoção da igualdade nas relações sociais de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **The Danger of a Single Story**. TEDGlobal, jul. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg> . Acesso em: 10 nov. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

**BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, N. L. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil**: Uma Breve Discussão. Coleção Educação para Todos. Vol.3. Educação Anti-Racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. SECAD/MEC, Brasília/DF, 2005.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M., BOZON, M.; Knauth, D. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2010.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. Subsecretaria de Articulação das Políticas Educacionais. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora**. 2020. Disponível em:  
[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas\\_municipais/curriculos/arquivos/2020/educacao\\_in\\_fantil.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/2020/educacao_in_fantil.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar, escrever**. Educação, Sociedade & Culturas [S.l], n. 25, p. 235-245, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Campinas: Editora Moderna, 2003.

PAZ, C. D. A. da. **Gênero no trabalho pedagógico na educação infantil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade, 20 (2), 71-99, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, T. T. da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.